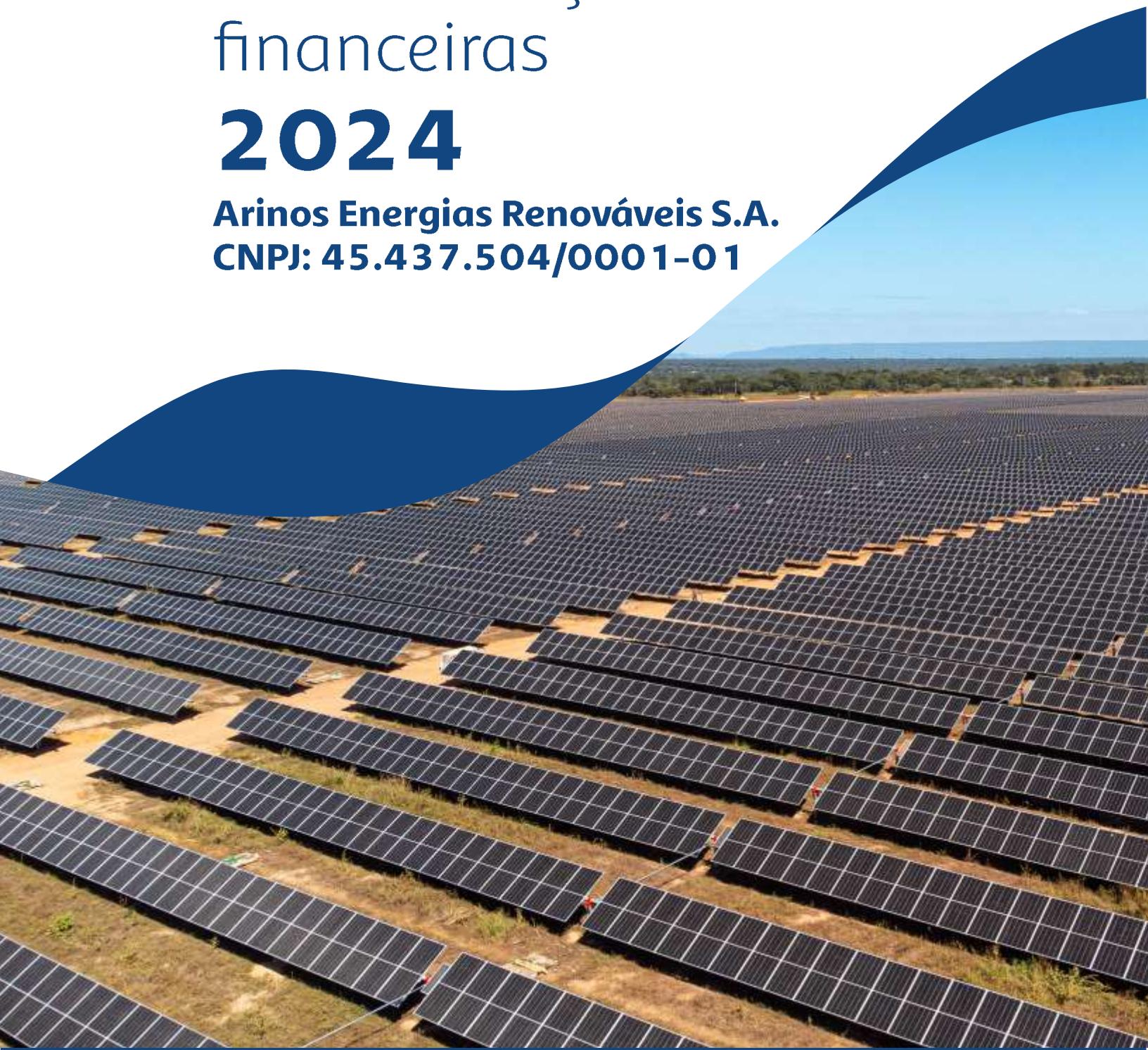




Demonstrações
financeiras

2024

**Arinos Energias Renováveis S.A.
CNPJ: 45.437.504/0001-01**



SUMÁRIO

Demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais.....	2
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023	8
1. Informações gerais	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras	11
3. Resumo das políticas contábeis materiais	12
4. Gestão de riscos do negócio	12
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	15
6. Tributos a recuperar/recolher	16
7. Investimentos.....	16
8. Imobilizado	17
9. Intangível.....	19
10. Fornecedores.....	20
11. Partes relacionadas	20
12. Patrimônio líquido	21
13. Receita operacional líquida	22
14. Energia elétrica vendida e encargos de uso da rede.....	23
15. Resultado financeiro	24
16. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos.....	24
17. Lucro por ação	25
18. Instrumentos financeiros.....	26
19. Seguros.....	28
Membros da Governança	29
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	30

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	719	851	54.304	9.851
Tributos a recuperar	6	53	-	53	5
Partes relacionadas	11.3	-	-	5.826	-
Outros créditos		59	11	100	2.101
Total do ativo circulante		831	862	60.283	11.957
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Investimentos	7	1.268.194	367.154	-	-
Imobilizado	8	3.834	1.801	1.277.068	367.568
Intangível	9	-	-	77.644	1.106
Total do ativo não circulante		1.272.028	368.955	1.354.712	368.674
Total do ativo		1.272.859	369.817	1.414.995	380.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	10	6	7	129.618	9.253
Salários, provisões e contribuições sociais		506	306	506	306
Tributos a recolher	6	-	16	12.524	1.584
Total do passivo		512	329	142.648	11.143
Patrimônio líquido					
Capital social		1.259.776	368.394	1.259.776	368.394
Reserva legal		629	55	629	55
Reserva de lucros		11.942	1.039	11.942	1.039
Total do patrimônio líquido		1.272.347	369.488	1.272.347	369.488
Total do passivo e patrimônio líquido		1.272.859	369.817	1.414.995	380.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Não auditado	2024	2023 Não auditado
Receita operacional líquida	13	-	-	17.024	-
Custos operacionais					
Serviços de terceiros		-	-	(5)	-
Depreciação e amortização	8.2	-	-	(4.340)	-
Encargos de uso da rede elétrica	14.2	-	-	(3.310)	-
		-	-	(7.655)	-
Resultado bruto		-	-	9.369	-
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(9)	-	(9)	-
Serviços de terceiros		(32)	(9)	(32)	(9)
Constituições de provisões para riscos		(90)	-	(90)	-
Outros		(7)	(2)	(194)	(9)
		(138)	(11)	(325)	(18)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	11.267	930	-	-
		11.267	930	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		11.129	919	9.044	(18)
Resultado financeiro	15				
Receitas		421	212	4.212	1.505
Despesas		(1)	-	(48)	(7)
		420	212	4.164	1.498
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		11.549	1.131	13.208	1.480
Imposto de renda e contribuição social	16				
Corrente		(72)	(49)	(1.731)	(398)
		(72)	(49)	(1.731)	(398)
Lucro líquido do exercício		11.477	1.082	11.477	1.082
Lucro líquido básico e diluído por ação	17	0,01014	0,00563	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
		Não auditado
Lucro líquido do exercício	11.477	1.082
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	11.477	1.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Reservas		Lucros acumulados	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
	Subscrito integralizado	A integralizar	Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	468.570	(100.176)	55	1.039	-	369.488
Resultado abrangente do exercício					11.477	11.477
Lucro líquido do exercício					11.477	11.477
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Aumento de capital	884.000	(884.000)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	891.382	-	-	-	891.382
Reserva legal	-	-	574	-	(574)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	10.903	(10.903)	-
	884.000	7.382	574	10.903	(11.477)	891.382
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.352.570	(92.794)	629	11.942	-	1.272.347
	Capital social		Reservas		Lucros acumulados	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
	Subscrito integralizado	A integralizar	Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	100.010	(90.904)	1	11	-	9.118
Resultado abrangente do exercício					1.082	1.082
Lucro líquido do exercício					1.082	1.082
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Aumento de capital	368.560	(368.560)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	359.288	-	-	-	359.288
Reserva legal	-	-	54	-	(574)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.028	1.028	-
	368.560	(9.272)	54	1.028	1.082	359.288
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	468.570	(100.176)	55	1.039	-	369.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023 Não auditado	2024	2023 Não auditado
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		11.549	1.131	13.208	1.480
Ajustes em:					
Equivalência patrimonial	7.2	(11.267)	(930)	-	-
Depreciação	8.2	-	-	4.340	-
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos		90	-	90	-
Outras variações		-	-	(26)	-
Variação nos ativos e passivos					
Partes relacionadas		-		(5.826)	
Fornecedores		(1)	7	120.365	9.253
Salários, provisões e contribuições sociais		200	306	200	306
Provisão para riscos		(90)	-	(90)	-
Impostos, taxas e contribuições		(100)	(26)	9.660	1.293
Outras variações ativas e passivas		(48)	(15)	2.001	(2.101)
Caixa gerado pelas operações		333	473	143.922	10.231
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(41)	(7)	(473)	(116)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		292	466	143.449	10.115
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aporte de capital	7.2	(889.773)	(358.104)	-	-
Adições no ativo imobilizado e intangível	8.2 e 9.2	(2.033)	(1.801)	(990.378)	(367.568)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(891.806)	(359.905)	(990.378)	(367.568)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital		891.382	359.288	891.382	359.288
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		891.382	359.288	891.382	359.288
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		851	1.002	9.851	8.016
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		719	851	54.304	9.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Arinos Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Corporation (CTG), estatal chinesa estrategicamente posicionada no segmento de energia limpa, com presença mundial e foco na geração de energia limpa.

Na condição de atuar como Holding, tem por objeto a operação e exploração, de forma direta ou por meio das subsidiárias, de direitos decorrentes de contratos de concessão, permissão ou autorização, desenvolver estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia elétrica resultantes da utilização de fontes eólicas e solar. Além da representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros e participação em outras sociedades como acionista.

O projeto Arinos, localizado em Minas Gerais, teve início da construção no 2º trimestre de 2023, com capacidade instalada prevista de 336,7 MW, e iniciou parcialmente as operações comerciais em 2024 conforme nota explicativa nº 1.3.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo consolidado no montante de R\$ 82.365, em virtude dos gastos pré-operacionais referente a construção das usinas.

A Diretoria analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

1.2. Resoluções autorizativas

A tabela a seguir demonstra as resoluções autorizativas das controladas com os montantes de garantia física de energia das usinas solares fotovoltaicas definidas no dia 10 de junho de 2024, publicada a portaria Aneel nº 2.780:

Controladas	Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da autorização	Vencimento da autorização
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	Nº 10.168/2021	Arinos 1	UFV	MG	48,1	14,8	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	Nº 10.169/2021	Arinos 2	UFV	MG	48,1	14,8	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	Nº 10.171/2021	Arinos 4	UFV	MG	48,1	14,7	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	Nº 10.175/2021	Arinos 8	UFV	MG	48,1	14,7	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	Nº 10.176/2021	Arinos 9	UFV	MG	48,1	14,8	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	Nº 10.177/2021	Arinos 10	UFV	MG	48,1	14,7	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	Nº 11.413/2022	Arinos 32	UFV	MG	48,1	15,0	01/04/2022	01/04/2057
					336,7	103,5		

Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica / MG – Minas Gerais / MW - Megawatt

1.3. Despachos de operação em teste e comercial

Controladas	Usina	Operação em teste			Operação Comercial			
		Despacho	Data do despacho	Data de início	Despacho	Data do despacho	Data de início	UGs liberadas
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	Arinos 1	3.516	19/11/2024	19/11/2024	-	-	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	Arinos 2	3.496	18/11/2024	14/11/2024	3.809	17/12/2024	17/12/2024	102 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	Arinos 4	3.204	23/10/2024	23/10/2024	3.825	19/12/2024	18/12/2024	1 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	Arinos 8	1.890	26/06/2024	26/06/2024	2.655	05/09/2024	04/09/2024	55 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	Arinos 9	1.891	26/06/2024	26/06/2024	3.656	03/12/2024	30/11/2024	1 a 54
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	Arinos 10	2.512	30/08/2024	29/08/2024	2.663	05/09/2024	05/09/2024	1 a 107
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	Arinos 32	3.690	04/12/2024	04/12/2024	2.794	17/09/2024	17/09/2024	108 a 161
					3.172	21/10/2024	19/10/2024	108 a 161

UGs – Unidades Geradoras

A energia produzida durante o período de testes é liquidadada no Mercado de Curto Prazo (MCP), atrelado ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

1.4. Companhias controladas:

1.4.1. Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda. (Arinos 1), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 1”.

1.4.2. Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda. (Arinos 2), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 2”.

1.4.3. Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda. (Arinos 32), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 32”.

1.4.4. Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda. (Arinos 4), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 4”.

1.4.5. Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda. (Arinos 8), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 8”.

1.4.6. Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda. (Arinos 9), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 9”.

1.4.7. Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.

A Companhia detém 100,00% da Controlada Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda. (Arinos 10), uma sociedade limitada, com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Tendo por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos 10”.

1.5. Evento tributário

1.5.1. Reforma tributária

Em 17 de dezembro de 2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24 foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para sanção presidencial. O texto traz mais detalhes sobre o disposto na Emenda Constitucional (EC) 132/2023, aprovada no ano anterior.

A partir de 2027, os tributos PIS e COFINS serão totalmente substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com término da transição previsto para 2032. A nova sistemática abolirá completamente a tributação cumulativa, e as regras de incidência serão equivalentes para ambos os tributos, com tributação no destino e cálculo "por fora".

Outro ponto importante para o segmento foi a adoção do diferimento dos novos tributos quando a energia for destinada a consumidores finais. Dessa forma, os tributos serão destacados pela Companhia apenas nas vendas destinadas ao consumo próprio, como em indústrias, shoppings, entre outros.

A Companhia entende que os impactos não serão relevantes, uma vez que os contratos de livre negociação possuem cláusulas contratuais que possibilitam eventuais reajustes nos preços. Nos demais casos, os impactos estarão sujeitos ao artigo 21 da EC 132/23 e ao artigo 373 do PLP 68/2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS *Accounting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia e suas Controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Base de consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos nas empresas controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas controladas; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre essas controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

Também, as transações entre as entidades controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Companhia.

A posição dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 está descrita na nota explicativa nº 7.

3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2024 não geraram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1) / IAS 1);
- Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2) / IFRS 16)
- Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2) / IAS 7)

O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não há expectativa que gere impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 há expectativa que gerem impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19)

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia e suas Controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia e suas Controladas se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas Controladas.

A gestão de risco é realizada pela Companhia e suas Controladas, seguindo as políticas aprovadas pela Diretoria que identifica, avalia e protege a Companhia e suas Controladas contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas Controladas decorre de caixa e equivalentes de caixa. O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para a centralizadora CTG NE, empresa Controlada do Grupo CTG, determinado nos contratos bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia e suas Controladas monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia e suas Controladas fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia e suas Controladas investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 sobre o CCL negativo e sobre a normalização desse indicador, a Companhia e suas Controladas monitoram constantemente seus fluxos de caixa projetados e conclui que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais. Além disso, em caso de qualquer eventualidade, a Companhia e suas Controladas poderão estruturar financiamentos e, também, contará com suporte financeiro da sua Controladora CTG Brasil.

4.2. Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas Controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.3. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia e suas Controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de

funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia e de suas Controladas.

A Companhia e suas Controladas utilizam-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, minimizando os riscos para a Companhia e suas Controladas.

4.4. Análise da sensibilidade

A Companhia e suas Controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ao qual a Companhia e suas Controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2024 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada.

Demonstramos a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia e suas Controladas, para o cenário estimado para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Controladora			
				Saldo contábil em 2024	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	DI	12,15%	14,46%	679	82	98	16
				679	82	98	16
Total da exposição líquida				679	82	98	16
 Consolidado							
Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Saldo contábil em 2024	Cenário atual	Cenário provável	Ganho / (perda)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	DI	12,15%	14,46%	53.974	6.558	7.805	1.247
				53.974	6.558	7.805	1.247
Total da exposição líquida				53.974	6.558	7.805	1.247

DI - Depósito interbancário

4.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e de suas Controladas, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem à certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 15).

5.1.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixas e bancos	40	43	330	304
Aplicações financeiras	679	808	53.974	9.547
Certificado de depósito bancário (CDB)	679	808	53.974	9.547
	719	851	54.304	9.851

5.2. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia e suas Controladas por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem *rating* mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de rating (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa e das aplicações financeiras vinculadas mantidas pela Companhia e suas Controladas.

5.2.1. Composição

Moody's	Fitch	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
AAA	AAA	719	851	54.304	9.851
		719	851	54.304	9.851

(*) Não auditados pelos auditores independentes

6. Tributos a recuperar/recolher

6.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e suas Controladas com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

6.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2024		2023	
	Circulante	Não auditado	Circulante	Não auditado
Ativo				
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	53	-	53	5
	53	-	53	5
Passivo				
IRPJ e CSLL a recolher	-	16	437	16
PIS e COFINS a recolher	-	-	207	-
INSS a recolher	-	-	2.803	766
ICMS a recolher	-	-	8.257	511
ISS a Recolher	-	-	773	226
Outros	-	-	47	65
	-	16	12.524	1.584

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / INSS – Instituto Nacional do Seguro Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços

7. Investimentos

7.1. Política contábil

Os investimentos da Companhia foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em controlada e Empreendimento controlado em Conjunto.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos foram reconhecidas na demonstração do resultado.

7.2. Movimentação

	Participação acionária	2023	Aporte de Capital	Equivalência patrimonial	2024
		Não auditado			
Controladas					
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	100,00%	49.590	196.496	588	246.674
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	100,00%	24.424	140.287	459	165.170
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	100,00%	24.717	147.060	150	171.927
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	100,00%	24.625	146.981	938	172.544
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	100,00%	65.365	93.292	3.698	162.355
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	100,00%	92.311	81.571	3.774	177.656
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	100,00%	86.122	84.086	1.660	171.868
		367.154	889.773	11.267	1.268.194

Ao longo do exercício a Companhia realizou aportes de capital nas Controladas em fase de construção, descritas na nota explicativa nº 1.1.

	Participação acionária	2022	Aporte de Capital	Equivalência patrimonial	2023
		Não auditado			Não auditado
Controladas					
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	100,00%	1.160	48.222	208	49.590
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	100,00%	1.160	23.161	103	24.424
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	100,00%	1.160	23.460	97	24.717
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	100,00%	1.160	23.361	104	24.625
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	100,00%	1.160	64.060	145	65.365
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	100,00%	1.160	91.010	141	92.311
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	100,00%	1.160	84.830	132	86.122
		8.120	358.104	930	367.154

7.3. Informações financeiras das Controladas

Controladas	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
		Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado		Não auditado
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	100,00%	100,00%	321.994	108.397	75.320	58.807	246.674	49.590	-	588	208	
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	100,00%	100,00%	169.389	24.424	4.219	-	165.170	24.424	372	459	103	
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	100,00%	100,00%	186.309	24.718	14.382	1	171.927	24.717	-	150	97	
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	100,00%	100,00%	224.206	24.625	51.662	-	172.544	24.625	890	938	104	
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	100,00%	100,00%	180.193	65.365	17.962	-	162.355	65.365	5.046	3.698	145	
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	100,00%	100,00%	188.193	92.608	10.537	297	177.656	92.311	6.854	3.774	141	
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	100,00%	100,00%	195.492	86.359	23.624	237	171.868	86.122	3.860	1.660	132	

8. Imobilizado

8.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas Controladas são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser

mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente em anos	
	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos
Controladas		
Arinos C8	29	23
Arinos C9	7	6
Arinos C10	10	8

Para as Controladas a Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de autorização do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

8.2. Composição e movimentação

	Controladora		Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Total	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos
Taxa média anual de depreciação	0,0%		0,7%	1,0%
(A) Imobilizado em curso				
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	1.801	1.801	-	367.568
Adições	2.033	2.033	-	913.840
Transferências	-	-	-	(450.547)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.834	3.834	-	830.861
(B) Imobilizado em serviço				
Custo	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-
Transferências	-	-	14.320	436.227
Depreciação	-	-	(100)	(4.240)
Custo	-	-	14.320	436.227
Depreciação acumulada	-	-	(100)	(4.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	14.220	431.987
(A+B) Imobilizado líquido	3.834	3.834	14.220	1.262.848
				1.277.068

	Controladora		Consolidado	
	Máquinas e equipamentos	Total	Máquinas e equipamentos	Total
Imobilizado em curso				
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	-	-	-	-
Adições	1.801	1.801	367.568	367.568
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	1.801	1.801	367.568	367.568

8.3. Itens que compõem o imobilizado

8.3.1. Edificações, obras cíveis e benfeitorias

Refere-se a imobilizações em edificações, obras civis e benfeitorias sobre terrenos e, quando for o caso, sobre servidões.

8.3.2. Máquinas e equipamentos

Refere-se a imobilizações de máquinas e equipamentos como, motores, transformadores, medidores, torres, postes e outros com seus acessórios e componentes.

9. Intangível

9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia e suas Controladas são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor.

9.2. Composição e movimentação

	Consolidado
	Desenvolvimento de projetos
Intangível em curso	
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	1.106
Adições	76.538
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.644

9.3. Itens que compõem o intangível

9.3.1. Desenvolvimento de projetos

Se trata de gastos pré-operacionais realizados nas Controladas a serem capitalizados e amortizados pelo prazo da autorização.

10. Fornecedores

10.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

10.2. Composição

	Controladora	
	2024	2023
	Circulante	Circulante
Materiais e serviços contratados	6	7
	6	7
Consolidado		
	2024	2023
	Circulante	Circulante
	Não auditado	
Materiais e serviços contratados	127.823	9.253
Encargos de uso da rede elétrica	1.795	-
Tust	1.795	-
	129.618	9.253

Tust – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão

11. Partes relacionadas

11.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A., que detém 100% de suas ações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation uma empresa

de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

11.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada por sua Controladora, a China Three Gorges Brasil Energia S.A., responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

11.3. Transações locais

As Controladas Arinos C8, C9 e C10 possuem contratos de venda de energia com a CTG NE, que centraliza a venda de energia das renováveis.

Em 08 de abril de 2024, foi firmado contrato de compartilhamento de desembolsos relacionados a capex entre as empresas:

Arinos C1	Arinos C2	Arinos C32	Arinos C4	Arinos C8	Arinos C9	Arinos C10
-----------	-----------	------------	-----------	-----------	-----------	------------

O contrato segue a Resolução normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 que estabelece as regras e critérios e dispensa a anuência prévia da Aneel. E para fins de divulgação no consolidado os efeitos são eliminados.

11.3.1. Composição

	Consolidado
	2024
	Ativo
	Circulante
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	5.826
	5.826

11.3.2. Resultado

	Consolidado
	2024
	Venda de energia
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	17.669
	17.669

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.352.570, equivalentes a 1.352.570.000 (um bilhão trezentos e cinquenta e dois milhões,

quinhentos e setenta mil) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas, assim distribuídas dentre os acionistas:

Acionista	%	Ações ordinárias	
		2024	2023
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	100,00	1.352.570	468.570

12.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

12.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

13. Receita operacional líquida

13.1. Política contábil

13.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas Controladas. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e suas Controladas reconhecem a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas Controladas;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas Controladas, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e suas Controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas Controladas reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia e de suas Controladas, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

13.1.2. Receita de geração e comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos

bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia e suas Controladas.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Consolidado
	2024
Receita operacional bruta	
Contratos ACL	17.669
Total receita operacional bruta	17.669
 Deduções à receita operacional	
PIS e COFINS	(645)
	(645)
 Receita operacional líquida	17.024

ACL – Ambiente de Contratação Livre

14. Energia elétrica vendida e encargos de uso da rede

14.1. Energia elétrica vendida

	Consolidado	
	2024	
	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	54.010	17.669
	54.010	17.669

(*) Não auditado pelos auditores independentes

14.2. Encargos de uso da rede elétrica

14.2.1. Política contábil

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo Tust, e
- ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust.

	Consolidado
	2024
Tust	3.310
	3.310

15. Resultado financeiro

15.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias e juros entre outras.

	Controladora		Consolidado	
	2024	<i>Não auditado</i>	2024	<i>Não auditado</i>
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	441	222	4.206	1.515
Variações monetárias	-	-	26	-
Tributos a recuperar	-	-	26	-
(-) PIS e COFINS	(20)	(10)	(20)	(10)
	421	212	4.212	1.505
Despesas				
Outras despesas financeiras	(1)	-	(48)	(7)
	(1)	-	(48)	(7)
Resultado financeiro líquido	420	212	4.164	1.498

16. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

16.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

16.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		11.549			1.131	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(2.887)	(1.039)	(3.926)	(283)	(102)	(385)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Equivalência patrimonial de controladas	2.817	1.014	3.831	232	84	316
Outras exclusões permanentes, líquidas	23	-	23	20	-	20
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(47)	(25)	(72)	(31)	(18)	(49)
IRPJ e CSLL correntes	47	25	72	31	18	49
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	47	25	72	31	18	49
Alíquota efetiva	0,4%	0,2%	0,6%	2,7%	1,6%	4,3%

	Consolidado					
	2024			2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		13.208			1.480	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(3.302)	(1.189)	(4.491)	(370)	(133)	(503)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	2.125	635	2.760	107	(2)	105
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(1.177)	(554)	(1.731)	(263)	(135)	(398)
IRPJ e CSLL correntes	1.177	554	1.731	263	135	398
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	1.177	554	1.731	263	135	398
Alíquota efetiva	8,9%	4,2%	13,1%	17,8%	9,1%	26,9%

17. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora				
	2024		2023		
	Não auditado				
Numerador					
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia					
Lucro líquido do exercício		11.477	1.082		
		11.477	1.082		
Denominador (Média ponderada de números de ações)					
Ações ordinárias		1.131.570	192.150		
		1.131.570	192.150		
Resultado básico e diluído por ação		0,01014	0,00563		

18. Instrumentos financeiros

18.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

18.2. Classificação

A Companhia e suas Controladas podem classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia e suas Controladas não opera com derivativos e, também, não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

18.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e suas Controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

18.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

18.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia e suas Controladas mensuram seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia e suas Controladas possam ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao início das operações das controladas, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia e suas Controladas cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

18.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

18.6.1. Considerações gerais

A Companhia e suas Controladas participam de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado		2023	
			2024	Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil
						Não auditado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	330	330	304	304
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	53.974	53.974	9.547	9.547
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	5.826	5.826	-	-
			60.130	60.130	9.851	9.851
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	129.618	129.618	9.253	9.253
			129.618	129.618	9.253	9.253

19. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Cobertura operacional		
Risco operacional	04/08/2024 a 04/08/2025	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2024 a 04/08/2025	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2023 a 04/08/2025	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2024 a 08/12/2025	150.000
Construção Arinos Energias Renováveis		
Risco de engenharia	12/06/2023 a 31/01/2025	1.405.942
Responsabilidade civil	12/06/2023 a 31/01/2025	50.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

Foram realizados endossos (extensão de obra) para os seguros com vencimento em janeiro de 2025 referente ao RC e RE de Arinos, com as mesmas características apresentadas, até a finalização do projeto.

Membros da Governança

Diretoria

Lucas Cardoso Sanchez
Diretor

Aljan de Abreu Machado
Diretor

Changjing Li
Diretor

Ruliang Guan
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior
Contador -CRC PR-068461/O-1



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
48 ao 125 andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Arinos Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arinos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arinos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras mencionadas anteriormente incluem valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais não foram auditados por nós nem por outros auditores.

Deloitte.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

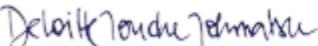
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

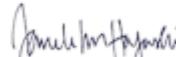
Deloitte.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025


DELOTTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Janete Im Hayashi
Contador
CRC nº 1 SP 303811/O-3